

FACUNDO: CIVILIZAÇÃO E BARBÁRIE
UMA LEITURA DA SOCIEDADE ARGENTINA NO
SÉCULO XIX¹

Leandro José Nunes²

RESUMO: A obra *Facundo: civilização e barbárie*, do argentino Domingo F. Sarmiento, compartilha – com outras obras do século XIX que também se propuseram compreender as lutas políticas, econômicas e sociais dos nascentes países latino-americanos – um conjunto de ideias, estereótipos, imagens e símbolos que se fixaram numa espécie de episteme presente na construção das histórias e literaturas nacionais. Nosso objetivo, neste trabalho, é propor uma leitura do *Facundo* a partir da perspectiva de que esta obra se erigiu em mito político integrante das disputas para a construção do Estado-nação na Argentina. A antinomia civilização e barbárie recobre as concepções de um projeto homogeneizador de Estado, nação e sociedade e, portanto, a definição dos sujeitos que constituiriam o corpo político da nação e suas representações culturais.

PALAVRAS-CHAVE: Nação. Civilização e barbárie. Argentina

ABSTRACT: The work *Facundo: civilization and barbarity*, by argentinian Domingo F. Sarmiento, partakes, with other works from the XIX century which also proposed themselves to

¹ Este trabalho é parte do Projeto de Pesquisa “Literaturas tecendo histórias: estudos sobre nação, Estado e identidades na Ibero-América”, financiado pela PROPP-UFU. Agradeço a leitura atenta e as sempre proveitosas sugestões da Profª. Dra. Dilma Andrade de Paula, com quem compartilho o interesse pela história e literatura da América Latina.

² Doutor em História; Prof. do Instituto de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia.

comprehend the political, economical and social conflicts from the rising Latin-American countries, a set of ideas, stereotypes, images and symbols that fixed themselves in a species of episteme present in the construction of the national histories and literatures. Our aim, in this paper, is to recommend a *Facundo* reading from the perspective in which this work raised into a political myth constituent from the disputes to the construction of a Nation-state in Argentina. The antinomy civilization and barbarity recovers the conceptions of a homogenized project of State, nation and society and, therefore, the definition from the subjects who constituted the political corpus from the nation and their cultural representations.

KEY-WORDS: Nation. Civilization and barbarity. Argentina

A obra *Facundo: civilização e barbárie*, escrita por Domingo Faustino Sarmiento em 1845, no Chile, país onde se encontrava exilado, foi publicada inicialmente na forma de folhetins no jornal *El Progreso*, entre 2 de maio e 5 de junho, em 25 edições. Um mês depois, foi publicada como livro com o acréscimo de dois capítulos finais. A primeira edição sofreria inúmeras alterações ao longo de sucessivas edições, seja para corrigir algum dado histórico, seja para adequar-se ao momento da luta política na Argentina. De qualquer forma, a estrutura da obra e os seus pressupostos básicos jamais foram alterados pelo autor.

Considerada a obra mais importante de Sarmiento, o *Facundo* encontra uma espécie de reafirmação das suas ideias fundamentais, com um pouco mais de elaboração na obra do fim da vida do autor, *Conflicto y armonía de las razas*, de 1883, livro que, segundo o próprio autor, serviu de oportunidade para confrontar e rever posições e questões colocadas no *Facundo* numa tentativa de aplicar ideias “científicas” da época para provar que as dificuldades que a América enfrentava para atingir o “progresso” estavam relacionadas à composição inferior de sua população, especialmente indígenas e mestiços.

Obra clássica do pensamento latino-americano, o *Facundo* compartilha com outras do século XIX que também se propuseram compreender e intervir nas lutas políticas, econômicas e sociais dos nascentes países latino-americanos, um conjunto de ideias, estereótipos, imagens e símbolos que se fixaram numa espécie de episteme presente na construção das histórias e literaturas nacionais. Nosso objetivo, neste trabalho, é propor uma leitura do *Facundo* a partir da perspectiva de que esta obra – escritura militante que transita entre o ensaio, a literatura e a biografia – se erigiu em mito político integrante das lutas políticas e culturais para a construção do Estado-nação na Argentina quando, além da disputa entre unitários e federalistas, o que estava em jogo era a definição dos sujeitos que constituiriam o corpo político da nação e suas representações culturais. Assim, a clássica antinomia civilização e barbárie, um dos eixos estruturadores do *Facundo*, recobre as concepções de um projeto homogeneizador de Estado, nação e sociedade que muitos intelectuais/políticos lutaram para impor ao longo do século XIX na Argentina e em outros países da América Latina.

O *Facundo*, como nós o conhecemos hoje, está dividido em três partes, além de uma introdução que apresenta em linhas gerais o plano da obra e seus objetivos e uma carta do autor a Don Valentin Alsina – que seria seu futuro vice-presidente da República – datada de 1851. Os primeiros quatro capítulos formam a primeira parte da obra e descrevem o território, seus habitantes, a cultura e os hábitos peculiares engendrados a partir da relação do homem com a natureza, incluindo as lutas pela independência. A segunda parte – nove capítulos – é a biografia de Juan Facundo Quiroga, o caudilho “bárbaro” da província de La Rioja. Sarmiento encerra a obra acrescentando os dois capítulos finais, nos quais esboça um programa político liberal para a Argentina pós-rosista, que se projeta num futuro ainda incerto no tempo da escritura, haja vista que Juan Manuel de Rosas ainda detém o poder de forma incontestável. Dessa forma, esse programa funciona para demarcar as posições políticas do autor e, mais ainda, para inseri-lo no cenário nacional argentino, especialmente na chamada

Geração de 1837, que contava com Esteban Echeverría, Juan B. Alberdi, Vicente F. López, Manuel José Quiroga Rosas, os irmãos Rodríguez Peña, Juan María Gutiérrez, José Mármol, o jovem Bartolomé Mitre, exilado no Uruguai, entre outros, todos eles comprometidos na luta contra Rosas.³

É interessante nos determos nesta estrutura da obra. A primeira parte, especialmente os três capítulos iniciais, funciona como uma introdução para a biografia de Facundo Quiroga. Para assentar as bases da clássica antinomia *civilização e barbárie* – com a qual pretende compreender as guerras civis pós-independência e a ascensão de Rosas –, é utilizado o método de começar descrevendo a geografia do território do interior, relacionando-a aos costumes e tradições de seus habitantes. Este determinismo geográfico tosco, muito em voga na época, pode ser visto em toda a primeira parte da obra, em afirmações

³ A autodenominada Geração de 1837 era constituída por um grupo de jovens, a maioria ligada à Universidade de Buenos Aires pertencente às famílias das elites portenhas ou interioranas. Se no início a esperança destes jovens era constituir-se em guias políticos da facção federal, reconhecidamente pobre em formulações ideológicas, a intensificação dos conflitos a partir de 1838 – crise uruguaia, intervenção francesa – lança o grupo cada vez mais na luta contra Rosas. Formando inicialmente um *cercle de pensée*, para usar uma expressão de Donghi, esses jovens se reuniam no Salão Literário, aberto por Marcos Sastre em 1837, onde formaram a Asociación de la Joven Generación Argentina, chamada também Asociación de Mayo, numa clara referência à independência argentina e à tarefa inconclusa da construção do Estado e da nação. Românticos, inspirados nas ideias que circulavam na Europa, acreditavam que a condução política e cultural do país era tarefa que cabia aos letrados, únicos preparados para decidirem os caminhos necessários para se alcançar a “civilização” e o progresso. A bibliografia sobre a Geração de 1837 é vasta. Nos limitamos a apontar, entre outros, os estudos de: DONGUI, T. H. Una nación para el desierto argentino. In: Prólogo a *Proyecto y construcción de una nación (Argentina 1846-1880)*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1980; FEINMANN, José Pablo. *Filosofía y nación: estudios sobre el pensamiento argentino*. Buenos Aires: Ariel, 1996; RAMOS, Julio. *Desencuentros de la modernidad en América Latina: Literatura y política en el siglo XIX*. México: D.F.: FCE, 1989.

como esta: “muitos filósofos acreditaram também que as planícies preparavam o caminho ao despotismo, do mesmo modo que as montanhas permitiam as resistências da liberdade” (SARMIENTO, 1996, p. 69).⁴

No *Facundo*, a natureza para Sarmiento condicionava significativamente o destino dos homens, a formação do caráter moral, a personalidade e as possibilidades da vida política, da vida em sociedade. E, por extensão, a natureza apresentava uma relação intrínseca com o destino da nação. Enquanto peculiaridade que se oferecia ao observador, simultaneamente como dimensão telúrica e como lócus da luta pela sobrevivência, a natureza era o teatro em que se encenava o drama humano que, caso fosse capturado pelos romancistas, constituiria a literatura nacional, diferente dos padrões europeus e, por isso mesmo, uma literatura que seria parte integrante da nacionalidade, a qual contribuiria decisivamente para a constituição da nação imaginada. É o que afirma Sarmiento ao iniciar o capítulo II do *Facundo*, onde descreve os tipos argentinos: o rastreador, o baqueano,⁵ o gaúcho mau e o cantor:

Se um clarão da literatura nacional pode brilhar momentaneamente nas novas sociedades americanas, é o que resultará da descrição das grandiosas cenas naturais e sobretudo da luta entre a civilização europeia e a barbárie indígena, entre a inteligência e a matéria; luta imponente na América, e que dá lugar a cenas tão peculiares, tão características e tão fora do círculo de idéias em que foi educado

⁴ Utilizamos, neste trabalho, a edição da Editora Vozes, tradução revista de Jaime A. Clasen, 1996. A partir daqui, nos limitaremos a indicar o número da página desta edição para as citações do *Facundo*.

⁵ Na edição que consultamos, da Editora Vozes, o vocábulo “baqueano” foi traduzido como “vaqueano”, um neologismo equivocado, pois remete à vaqueiro; enquanto o americanismo “baqueano” deve ser compreendido como um guia. Sarmiento define assim o “baqueano”: “conhece palmo a palmo vinte mil léguas quadradas [...] É o topógrafo mais completo, é o único mapa que leva um general.” (p. 93).

o espírito europeu, porque os recursos dramáticos tornam-se desconhecidos fora do país onde os usos são surpreendentes e os caracteres originais. (p. 85).

Esse desejo de originalidade que os românticos americanos perseguiram – uma originalidade entendida como necessária ao processo de singularização das nações americanas que estavam sendo desenhadas nas escrituras – não chegou a se apartar efetivamente dos paradigmas políticos e estéticos europeus e, assim, a própria busca de uma expressão original para a América fracassou. Não bastava a utilização das “grandiosas cenas naturais”, nem a descrição épica das lutas revolucionárias pela independência, com seus heróis, com seus pais da pátria, a cor local dos seus índios, gaúchos e mestiços, porque o que se buscava era uma síntese impossível entre os paradigmas de civilização, progresso e ordem constitucional tomados do pensamento europeu, e uma originalidade que se pretendia americana, tanto no plano estético quanto político, jurídico e social. Em outras palavras, a pretensa rejeição aos cânones estéticos europeus teve que enfrentar o difícil desafio de negar a “cópia”, mas, ao mesmo tempo, de buscar no modelo a instância intelectual de validação do “novo” e original que pretendia ser. A avaliação de Pedro Henríquez Ureña sobre essa produção literária é significativa:

Nuestra literatura absorbió ávidamente agua de todos los ríos nativos: la naturaleza; la vida del campo sedentaria y nómada; la tradición indígena; los recuerdos de la época colonial; las hazañas de los libertadores; la agitación política del momento [...] la inundación romántica duró mucho, demasiado; [...] Cuando las aguas comenzaron a bajar, no a los cuarenta días bíblicos, sino a los cuarenta años, dejaron tras sí tremendos herbazales, raros arbustos y dos copudos árboles, resistentes como ombúes: el Facundo y el Martín Fierro. (HENRÍQUEZ UREÑA, 1952, p. 38).

A natureza podia ser descrita cientificamente, apreendida e compreendida pelo ato da escritura, oferecendo as primeiras

pistas para a compreensão dos homens por ela modelados. Da semelhança que encontra entre a topografia das planícies argentinas e das asiáticas – aquelas que “medeiam entre o Tigre e o Eufrates” – saca a metáfora do deserto, este tropo literário recorrente ao longo do século XIX, que emerge com força e será funcional ao longo de todo o texto. Para Marisa Moyano, a metáfora do deserto,

trazada desde la literatura mostraría a los ‘conductores de la Nación’ que el desierto era ‘el cuerpo vacío de la Nación’, y que ese dibujo que perfilaba sólo contornos debía ‘llenarse’, cubrirse con los relieves del ‘progreso’, la ‘sociabilidad’, la ‘razón’ y la ‘humanidad civilizada’. [...] la presencia del ‘desierto’ asume la calificación de ‘barbarie’ – en tanto ausencia y negatividad, vacío y diferencia – que debe conquistarse, ocuparse ‘productivamente’ y delimitarse como ‘territorio’ en esta cartografía política, económica, social, cultural y antropológica que divide y distribuye en un mapa del mundo las naciones ‘civilizadas’. (MOYANO, 2001-2002, p. 55-57)

Nesse deserto, ou seja, imensas extensões de terras escassamente povoadas, os seus habitantes desenvolveram um conjunto de estratégias de sobrevivência que foram se enraizando nos comportamentos sociais, constituindo as peculiaridades da “barbárie” local. Uma das faces dessa “barbárie”, que brota da “insegurança da vida, que é habitual e permanente no campo, imprime, no meu entender, no caráter argentino certa resignação estoica para a morte violenta que faz dela um dos percalços inseparáveis da vida, uma maneira de morrer como qualquer outra” (p. 66). A naturalização da morte violenta, na perspectiva de Sarmiento, legitima a autoridade do mais forte, daquele que se impõe sobre os demais utilizando atributos de caráter pessoal: vontade férrea, arrojo, valentia. Assim, o capataz das caravanas de carroças que transitam pelo “deserto” em direção às grandes cidades é um caudilho, comparado ao chefe da caravana que se dirige para Bagdá ou Esmirna. E, para manter a ordem, não hesita em executar sumariamente aquele que se insubordina:

“Quem morre nessas execuções do capataz não deixa direito a nenhuma reclamação, considerando-se legítima a autoridade que o assassinou” (p. 70).

Poder-se-ia argumentar que a barbárie do capataz/caudilho estava circunscrita no âmbito do campo – ao deserto – e derivava das necessidades de vencer aquela permanente insegurança mencionada acima. Na solidão dessa geografia, os homens se governavam por um código próprio em que o exercício da autoridade e sua legitimação derivavam do caráter individual daquele que a exercia – o capataz, que é um caudilho – e não de qualquer instituição. Para Sarmiento, no entanto, “é assim que na vida argentina começa a estabelecer-se por estas peculiaridades o predomínio da força bruta, a preponderância do mais forte, a autoridade sem limites e sem responsabilidade dos que mandam, a justiça administrada sem formas e sem debate” (p. 70-71). Esta é outra acepção para a metáfora do deserto que, agora, passa a identificar-se com a barbárie na sua dimensão política, ou seja, com uma forma primitiva de exercício do poder encarnado num homem forte que tudo controla, guiando-se por sua vontade discricionária.

Nesta perspectiva, as cidades, centros da civilização – Sarmiento dirá que “a cidade é o centro da civilização argentina, espanhola, européia; ali estão as oficinas de artes, as casas de comércio, as escolas e colégios, os juzgados, enfim, tudo o que caracteriza os povos cultos” (p. 73) – estão cercadas pelo deserto, que as “oprime”, são “oásis de civilização encravados num plano inculto”(p. 73). Para o autor havia, então, antes do início do processo de independência, duas formas de vida social, duas sociedades distintas, “rivais e incompatíveis; duas civilizações diferentes; uma espanhola, européia, civilizada, e a outra bárbara, americana, quase indígena” (p. 109). Distintas e rivais, estas duas sociedades se desenvolveram no período colonial sem se mesclarem, sem estabelecerem um contato mais estreito: os homens da cidade conservaram e cultivaram os hábitos europeus, enquanto os homens do campo desenvolveram costumes e tradições que, se podem ser rastreados em

determinados comportamentos dos espanhóis e dos indígenas ao longo do período colonial ganharam características próprias na medida em que se defrontaram com os desafios que a natureza selvagem e a solidão dos imensos espaços vazios colocavam para a sobrevivência.

A metáfora do deserto – que começou comparando as dimensões vazias das planícies argentinas com aquelas asiáticas – ganha agora uma roupagem política. O deserto é a ausência das instituições estatais, da organização da sociedade baseada nos preceitos da lei positiva, enquanto prevalece nessa “sociedade americana” a lei natural do mais forte. O que levou a barbárie do deserto a penetrar nas cidades, romper suas muralhas e avassalar a “civilização” foi a Revolução de 1810, ou seja, as guerras de independência. A barbárie, esse modo peculiar do gaúcho viver a vida, era para a vida civilizada da cidade como um “monstro adormecido” no campo do qual não se sabia quase nada. Foi o estalido da luta revolucionária que pôs em movimento as “montoneras”⁶ dos caudilhos, que aderiram com seus gaúchos às forças que lutavam pela independência. O exemplo prototípico, segundo Sarmiento, foi Artigas⁷ que, de

⁶ Segundo Túlio Halperín Donghi, as “montoneras” eram forças locais comandadas por chefes alheios ao corpo de oficiais regulares. Esses chefes eram os caudilhos do período revolucionário – década de 1810 – que participaram das lutas pela independência. (HALPERÍN DONGHI, 2000).

⁷ José Gervásio Artigas (1764-1850) nasceu em Montevideu. Em 1811 une-se à causa revolucionária e obtém importantes vitórias, sitiando Montevideu até o armistício de outubro de 1811. Com esse armistício, monta acampamento em Ayuí na companhia de um grande número dos então chamados “povos orientais”, adquirindo um crescente prestígio. Em 1813, no congresso geral da província, proclama um verdadeiro programa político: soberania popular, independência, confederação, liberdade civil e religiosa e livre circulação de mercadorias entre as Províncias Unidas. Chamado “O Protetor dos Povos Livres”, é cada vez mais influente nas províncias de Santa Fé, Entre Ríos, Corrientes e Córdoba, que se opunham à hegemonia econômica de Buenos Aires. Em 1815, com o “Regulamento Provisório para o Fomento da Campanha e Segurança dos Fazendeiros”, pretende incentivar o assentamento

aliado dos patriotas, passou a fazer-lhes a guerra. Aqui está uma das chaves para compreendermos como Sarmiento concebeu a antinomia civilização e barbárie. As lutas de independência, envolvendo dois partidos – patriotas e realistas – eram europeias, civilizadas e interessavam às ideias europeias tanto de um quanto do outro lado. A emancipação era um projeto calcado nas ideias da Ilustração e só interessava, ou só era compreendido, pelos homens cultos das cidades. Tratava-se, em última análise, de romper o atraso colonial tomando como espelho aquilo que havia de mais evoluído em termos de civilização: a França, a Inglaterra e os Estados Unidos.

Mas quando numa revolução uma das forças chamadas em seu auxílio se desprende imediatamente, forma uma terceira entidade, mostra-se indiferentemente hostil a uns e outros combatentes, a realistas e patriotas, essa força que se separa é heterogênea; a sociedade que a encerra não conheceu até então sua existência e a revolução só serviu para ela se mostrar e desenvolver. (p. 115).

Nesta luta entre iguais, a “montonera” foi chamada para auxiliar os partidos das cidades e, nesse ato, ganhou existência como uma “terceira entidade” com vida própria. Sarmiento é dramático no quarto capítulo, no qual faz a transição entre a descrição do território, dos hábitos, costumes e tradições dos gaúchos e a biografia de Facundo Quiroga, o personagem síntese dessa cultura bárbara. Diz ele que “os mesmos que o chamaram em seu auxílio sucumbiram, e com eles a *cidade*, suas idéias, sua literatura, seus colégios, seus tribunais, sua civilização” (p. 115). Esta amplificação dramática funciona como um recurso literário que antecipa o eixo central da segunda parte da obra a narrativa

rural e combater o latifúndio na campanha uruguaia para recuperá-la economicamente e estabelecer a ordem. As lutas internas contra seus opositores soma-se, a partir de 1817, à invasão portuguesa. Em 1820, derrotado, se exila no Paraguai.

da vida de Facundo Quiroga. Serve para fixar de antemão, na percepção do leitor, as imagens de destruição provocada pela emergência política da sociedade bárbara no seio da sociedade civilizada, ou seja, o predomínio do campo sobre a cidade. Em outras palavras, a primeira parte da obra explica a segunda. Ao finalizar a “Introdução à edição de 1845”, o autor explica por que dividiu a obra em duas partes (não considera os dois últimos capítulos): “uma em que delinheio o terreno, a paisagem, o teatro sobre o qual vai ser representada a cena; a outra, em que aparece o personagem com seu traje, suas idéias, seu sistema de agir; de maneira que a primeira já está revelando a segunda, sem necessidade de comentários nem explicações” (p. 59).

Por outro lado, é também uma crítica à geração precedente, a geração das lutas pela independência, que não soube compreender o caráter das forças que chamava em seu auxílio. Os homens dessa geração não compreenderam a distância entre as ideias ilustradas que animavam o movimento de independência e os princípios e tradições arraigados no campo argentino. O desenho do novo país que esses homens da independência pretendiam construir – calcado nos princípios da liberdade, da soberania e da cidadania, regulados pela lei que abarcaria todo o território e atingiria todos os seus habitantes – era o desenho da “civilização europeia”, para usar um termo caro a Sarmiento, e não considerava as realidades intrínsecas do país. Ou seja, partiam do pressuposto de que as ideias ilustradas que defendiam eram valores universais e, porque não conheciam a sociedade que tinha sido gestada no campo, não tiveram armas para se oporem ao avanço da “barbárie”, esta outra face que habitava o território. Neste sentido, as “províncias que encerravam em suas cidades tanta civilização foram demasiado bárbaras para destruir com seu impulso a obra colossal da revolução da independência” (p. 125) porque, também, elas não souberam compreender os projetos que a independência colocava em marcha.

Nesta perspectiva, a crítica que Sarmiento, entre outros, faz aos projetos de Estado e nação que os condutores da independência tentaram implementar é, também, uma crítica

típica do romantismo à concepção ilustrada de cunho cosmopolita. Segundo Terán, “o romanticismo valorará lo auténtico, lo propio, lo idiosincrático, es decir, lo original y distintivo de cada nación, en contraposición al cosmopolitismo ilustrado [...] Proveerá a cada cultura de un pasado épico, prestigioso [...] las leyes deben adecuarse a esas particularidades (os usos e costumes de cada nação).” (TERÁN, 2008, p. 82-83). Isto não implica, evidentemente, que os homens da Geração de 1837 tenham refutado as ideias da Ilustração em bloco, mas que é necessário observar que, se continuaram acreditando em alguns princípios ilustrados, mesclaram-nos com as concepções românticas que passavam a prevalecer, constituindo uma das faces do liberalismo na Argentina e na América. É o que faz Juan B. Alberdi na obra *Bases y puntos de partida la organización de la República Argentina*, escrita em 1852, um dos textos fundamentais para a elaboração da primeira Constituição após a queda de Rosas.

Para compreendermos o projeto político de Estado e nação que Sarmiento propõe no *Facundo* não basta nos determos nos dois últimos capítulos. É preciso retomar o eixo estruturador da obra – a antinomia civilização e barbárie – e acompanhar seus deslocamentos ao longo do texto, o que equivale a perceber a intenção política da escritura para além da carga panfletária contra Rosas. No título da obra, os dois vocábulos, “civilização” e “barbárie”, aparecem unidos pela conjunção gramatical “e” (“y” no original), o que indica que não são essencialmente excludentes nem apresentam uma irreducibilidade absoluta entre si. Neste caso, a conjunção “ou” (“o” em espanhol) teria sido a mais indicada. Ler esta expressão simplesmente como oposição dicotômica que deve ser aplicada indistintamente a todos os aspectos da vida no campo é perder de vista a compreensão que o autor tinha sobre os embates que eram travados para a construção do Estado e da nação. Esses embates, no período histórico que se iniciou em 1810 e que alcançava o presente da escritura da obra (1845), requeriam, para sua compreensão, “estudar prolixamente as voltas e revoltas dos fios que o formam e buscar nos antecedentes nacionais, na fisionomia do solo,

nos costumes e tradições populares, os pontos em que estão unidos”, única maneira de “desatar este nó, que a espada não pôde cortar” (p. 47).

Ora, o “nó, que a espada não pôde cortar” – ,ou seja, o triunfo do domínio dos caudilhos sobre os projetos liberais dos promotores da independência–,⁸ não seria “desatado” enquanto não se compreendesse “os fios que o formam”, “os pontos em que estão unidos”, portanto, as relações políticas e culturais que envolviam a sociedade como um todo. Nesta perspectiva, compreender “civilização e barbárie” como termos não excludentes significa observar os pontos intercambiáveis, os pontos de contato segundo as circunstâncias das lutas políticas em cada país, o que só poderia ser feito pela escritura. Esta, em todos os seus gêneros, aparecia como a arma privilegiada para construir, ou (re)significar, um conjunto de símbolos, metáforas e alegorias numa elaboração discursiva que pretendia fixar posições políticas, sociais e culturais, tanto aquelas que deveriam ser superadas – a barbárie –, quanto aquelas projetadas no futuro como Estado e nação desejáveis. É isso que pretende Sarmiento com o seu *Facundo*. Na carta a Don Valentin Alsina deixa claro que

Este livro, como tantos outros que a luta da liberdade fez nascer, irá logo se confundir no monte imenso de material de cujo caos discordante sairá um dia, depurada de todo ranço, a história da nossa pátria, o drama mais fecundo em lições, mais rico em peripécias e mais vigoroso que a dura e penosa transformação

⁸ Na verdade, se Sarmiento considera que as vitórias e o domínio de Facundo Quiroga foi obtido porque este soube utilizar, sem limites, a violência mais primitiva, quanto a Rosas ele reluta em explicar seu predomínio apenas baseado na força. O contraste que estabelece entre Facundo e Rosas é significativo: “Facundo, provinciano, bárbaro, valente, audaz, foi substituído por Rosas, filho da culta Buenos Aires, sem ele o ser; por Rosas, falso, coração gelado, espírito calculista, que faz o mal sem paixão e organiza lentamente o despotismo com toda a inteligência de um Maquiavel” (p. 47).

americana apresentou. Feliz de mim se, como desejo, possa um dia me dedicar com êxito a tarefa tão grande! (p. 60).

Esta expressão, “civilização e barbárie”, não é invenção de Sarmiento, como bem se sabe. A distinção entre um e outro vocábulo é antiga e pode ser rastreada “desde el momento en que desarrollos culturales muy diversos entre sí dieron lugar a ‘sociedades contrastantes’ en sus condiciones tecno-económicas y modos de vida, en sus instituciones y creencias” (MOYANO, 2003). Pode ser encontrada no início dos processos de conquista da América, quando o modo de vida indígena – sua cultura material, suas crenças, suas visões de mundo – foi considerado bárbaro e, para que pudessem no futuro atingir a “civilização de Castela”, deveria ser extirpado pela ação pedagógica da evangelização⁹ para que os nativos se tornassem bons súditos. A conquista da América reforça, no pensamento europeu, a perspectiva de uma evolução linear da humanidade e antecipa, de alguma maneira, aquilo que viria a se constituir numa verdadeira crença no século XIX: a ideia dos estágios de progresso das sociedades – da humanidade – em direção ao aperfeiçoamento técnico, cultural, civilizacional.

A barbárie pode ser entendida como uma operação discursiva de função ideológica que toma as diferenças “contrastantes” entre as sociedades produzidas pelos desníveis técnicos e culturais como signos de uma pretensa inferioridade negativa e, nesse processo, reafirma a superioridade de um “nosotros” frente aos outros, aos estranhos, sempre descritos negativamente em seus hábitos, costumes, tradições e aparência, tanto na compleição física quanto na vestimenta – Sarmiento contrastará longamente o traje gaúcho, o chiripá, com o fraque, o traje do homem civilizado da cidade. O ato aparentemente neutro de descrever a cultura do outro e constatar “objetivamente” as suas diferenças – em termos

⁹ Os defensores da escravização dos africanos defendiam um ponto de vista semelhante: a escravização era um bem para homens que viviam na barbárie mais primitiva, pois permitiria que eles fossem evangelizados e salvos.

daquilo que falta, daquilo que está ausente ou que ainda não foi atingido, ou daquilo que é tão radicalmente diferente que não pode ser pensado senão como monstruosidade que deve ser extirpada¹⁰ – encobre a operação ideológica do discurso, as finalidades morais que o sustentam e o justificam. Estas justificativas são dadas para cada processo histórico, pelos objetivos das lutas políticas (e culturais e econômicas) em que estão empenhados os diversos agentes históricos. Podem ser a expansão e unificação territorial com a criação de um Estado nacional, ou a colonização de territórios, a escravização ou sujeição de populações, além fronteiras, etc. (PÉREZ TAPIAS, 1993).

Em qualquer caso, o discurso sobre civilização e barbárie opera estabelecendo conceitualmente diferenciações e limites temporais e espaciais entre os diversos estágios em que se encontram as sociedades. Os limites temporais são dados pela perspectiva de uma história evolutiva das sociedades, identificando a barbárie com o primitivo, com o atrasado (estes dois vocábulos já pressupõem o seu contrário, ou seja, o avançado, o evoluído), e localizando no presente da escritura a escala evolutiva já alcançada, tomando como medida de valoração a ideia de “progresso” e o seu correlato “civilização”. Dessa forma, na América pós-independência, as lutas pela construção do Estado e da nação se projetavam tomando como parâmetros o “progresso” e a “civilização” atingidos por alguns países europeus e pelos Estados Unidos, os modelos e paradigmas de cultura, economia e sistemas políticos desejados. No enfrentamento com as culturas locais, pensadas como herdeiras das atrasadas tradições

¹⁰ Pensamos na reação que os europeus tiveram quando se depararam com a prática dos sacrifícios humanos entre os povos americanos, especialmente entre astecas e maias. Esta reação não foi apenas de estranhamento, mas de repulsa e condenação total, impossível de ser entendida no sistema conceitual europeu. Enquanto as práticas de governo, os hábitos cotidianos de reprodução da vida – o trabalho, a moradia, o vestuário, a educação, a alimentação, etc. – podiam ser aperfeiçoados, “civilizados”, com o sistema de crenças não havia possibilidades de transigências e deveria ser erradicado completamente.

coloniais,¹¹ o que estava em jogo era a elaboração de instrumentos capazes de superar estas tradições, de derrotar os representantes políticos do “atraso” e de “civilizar” o povo – única maneira que os construtores de Estados e nações na América percebiam para se aproximarem do “estágio” de progresso e civilização da Europa e Estados Unidos– ou para dizer de outra forma, para integrarem esses países ao fluxo mundial do capitalismo.

Entre os instrumentos utilizados para vencer a “barbárie” destacam-se a escritura e o Estado nas suas diversas acepções. A escritura, operação discursiva que passou a esquadrihar e descrever culturas e territórios, dava a conhecer as peculiaridades dos povos e apontava as formas de intervenção consideradas necessárias para sacá-los do estado em que se encontravam e torná-los cidadãos do novo Estado projetado. Em outras palavras, a escritura – os romances, os ensaios, os tratados políticos, as histórias pátrias, os relatos de viagens, os artigos jornalísticos – operava construindo um conjunto de símbolos que dava concretude à linguagem do poder, projetando o país e a sociedade ideais sobre o país e a sociedade reais, que deveriam ser transformados para se adequarem às exigências projetadas, que não eram outras senão aquelas dos modernos Estados capitalistas. É o que Sarmiento chama de “a dura e penosa transformação americana” (p. 60) que ganhará, a partir da segunda metade do século XIX, o duvidoso epíteto de modernização conduzida pelo Estado e pela empresa, tendo a sua contraparte da literatura (em sentido lato) para avalizá-la ideologicamente. Compreende-se, então, que a educação letrada e a imigração de europeus tenham sido as preocupações mais constantes dos intelectuais/políticos ao

¹¹ Sarmiento considera que a Espanha não acompanhou os progressos da Europa desenvolvida e ficou presa no tempo. Veja-se esta passagem, entre inúmeras outras, do relato que faz de suas viagens pela Europa, África e Estados Unidos (1845-1847): “Aquí [refere-se à região da Mancha], como en todo lo que de la España he visto, nada se ha cambiado despues de tres siglos; Cervantes o Lesage escribiriam hoi lo mismo, salvo lo de la Inquisición i de la Santa Hermandad”. (SARMIENTO, 1996a, p.160).

longo do século XIX. Nelas acreditavam como os meios eficazes de transformação de povos incultos, avessos à ordem disciplinária da sociedade capitalista, em cidadãos patriotas e industriais.

A concepção da barbárie não pode ser dissociada, também, da questão dos seus limites espaciais (MOYANO, 2003). A Europa que inventa a moderna distinção entre civilização e barbárie e, nesse processo, concebe-se a si própria como civilização superior e como progresso, reivindica a sua posição de centro do mundo e a sua história (a história da emergência e desenvolvimento do capitalismo) como “a” História. Vemos nascer então, a partir do Renascimento europeu e da conquista da América, o eurocentrismo. Todos os outros territórios, África, Ásia, América Latina, transformam-se em periferia e os seus povos, culturas, instituições políticas e econômicas em “outros” que precisam mimetizar a “civilização” europeia, suas instituições e modelos econômicos para ingressarem no “mundo civilizado”. O território é, então, objeto de colonização civilizatória, assim como é objeto de exploração econômica da mesma forma que projetava Sarmiento. O território ainda não alcançado por essas ações é nominado “deserto”, essa operação discursiva que objetiva esvaziar antecipadamente um território que se quer conquistar.

Esta matriz conceitual, que concebe um centro e uma periferia, também se reproduz no *Facundo*, em diversos níveis. O primeiro, e mais evidente, é a oposição entre a cidade e o campo, que percorre toda a obra. As cidades são, para Sarmiento, o lócus da civilização. No caso argentino, estes centros estão ilhados pelo campo – para ele, deserto – que é refratário à cultura da cidade, às suas instituições, às suas leis. Enquanto nas cidades os produtos da inteligência são cultivados, no campo imperam os instintos e o telúrico. *Facundo* Quiroga é instinto puro, “é o homem da natureza que ainda não aprendeu a conter ou disfarçar suas paixões, que as mostra em toda a sua energia, entregando-se a toda a sua impetuosidade.” (p. 139). A este primeiro nível de diferenciação se acrescenta outro, mais complexo, que hierarquiza as próprias cidades entre si. Neste segundo nível, o centro por excelência é Buenos Aires, a cidade-porto, cosmopolita, que se abriu para as

ideias europeias e que, pela sua posição geográfica e política, domina o intercâmbio econômico com a Europa, beneficiando-se deste em detrimento das demais províncias e cidades. O contraponto são as cidades provinciais e, entre todas, Córdoba – a cidade colonial apegada às suas tradições, ao obscurantismo dos conventos. A Buenos Aires idealizada por Sarmiento a partir de suas leituras dos iluministas – ele jamais havia estado em Buenos Aires, assim como também não conhecia as planícies que habitavam os gaúchos – foi concebida como o centro que deveria irradiar a civilização para todo o território, inclusive para as cidades provinciais que, por sua vez, deveriam fazer o mesmo em relação ao campo.

O par “civilização e barbárie”, como aparece no *Facundo*, antes que oposição absoluta entre vocábulos, traduz um projeto político de construção do Estado e da nação liberal que, para sua concretização, busca intervir na realidade e transformá-la para se adequar aos princípios considerados ideais e necessários para a construção de uma sociedade moderna, organizada e normatizada por um conjunto de leis a que todos deveriam se submeter. Nesta perspectiva, a “barbárie” sarmentina, enquanto oposição, é matizada em diversos níveis. A vida do homem do campo – o gaúcho – caracterizada pela ausência de tudo aquilo que torna a vida civilizada, poderia ser recuperada no novo projeto na medida em que a cidade se encarregasse de levar até aquele sujeito a civilização por meio de escolas e instituições. Ou, o que também era parte integrante do projeto sarmentino, assim como daquele de Alberdi, a imigração europeia deveria contribuir para educar o homem do campo e a plebe das cidades, ensinando-lhes novos hábitos, entre os quais o gosto pelo trabalho. Evidentemente, tratava-se de um processo de aculturação imposto pelos centros hegemônicos de poder, cujo resultado final, de acordo com as expectativas, deveria ser a substituição de uma cultura pela outra.

Num outro nível está a concepção do domínio dos caudilhos regionais que impediriam a unificação do país. Com os seus métodos de governo personalistas, baseados na força e violência, sem se aterem às instituições formais do Estado, constituíam os

inimigos a serem derrotados. A barbárie, aqui, apresenta sua face política, com a qual estes intelectuais não transigiam. O último nível está constituído pelas populações indígenas, suas culturas e tradições. Sarmiento considerava estas populações como raças primitivas, fadadas inevitavelmente ao desaparecimento, incapazes de se civilizarem. Ao ocuparem ainda um extenso território que o Estado nacional reclamava como parte integrante da sua soberania, foram condenadas ao extermínio, levado à cabo desde a época de Rosas e que culminou com a chamada Campanha do Deserto encerrada no fim da década de 1880.

Sob a face mais visível das lutas políticas e culturais que dilaceravam a Argentina da primeira metade do século XIX, traduzidas por Sarmiento com a antinomia “civilização e barbárie”, o *Facundo* recolhe parte dos debates travados ao longo do processo de independência, especialmente aqueles que se interrogavam sobre a constituição de uma nação de cidadãos. No calor da luta contra a Espanha – quando as questões fundamentais eram garantir o exercício da soberania política, da liberdade (de comércio, fundamentalmente) e obter a lealdade dos antigos súditos ao Estado-nação que se formava – o conceito de nação era geralmente inclusivo. Todos os habitantes do território, com exceção dos escravos, foram declarados cidadãos, portadores de direitos civis, iguais perante a lei. Sarmiento admite como sujeitos da nação todos os habitantes do território – os homens do campo, os gaúchos, a plebe das cidades, fossem eles brancos ou mestiços –, com exceção das populações indígenas que habitavam o “deserto”. Essas populações eram consideradas “razas prehistóricas”, inadaptadas para a civilização e, por isso, estavam condenadas a desaparecerem.

A luta entre a “civilização” e a “barbárie”, na perspectiva de Sarmiento – e, acrescentamos, na da maioria dos românticos americanos do século XIX – era uma luta política e cultural para a transformação de uma “massa” amorfa de homens indiferentes, ou hostis, aos preceitos da nova ordem, em sujeitos políticos do Estado-nação. A criação de uma *res pública* e de uma nação dependia da ação civilizadora sobre homens habituados a viver

imersos na tradição que a Colônia havia legado. Essa tarefa civilizadora cabia à escritura dos intelectuais/políticos, à nova espécie de guias da nacionalidade e ao Estado republicano por meio de uma rede de escolas. A escritura, ao ficcionalizar a “barbárie”, domesticava o que até então era desconhecido, integrando-a ao conjunto de saberes necessários para a ação política. A educação era a chave para a construção da cidadania e da nacionalidade, de um ambiente de ordem necessário para o progresso. Era, portanto, a chave para vencer a barbárie. Concluimos com uma citação da obra *De la Educación Popular* publicada em Santiago do Chile em 1849:

Y esta igualdad de derechos acordada á todos los hombres, aun en los países que se rigen por sistemas tutelares, es en las repúblicas un echo que sirve de base á la organización social, cualquiera que sean las modificaciones que sufra accidentalmente por los antecedentes nacionales ú otras causas. De este principio imprescriptible hoy nace la obligación de todo gobierno á proveer de educación á las generaciones venideras, ya que no puede compeler á todos los individuos de la presente á recibir la preparación intelectual que supone el ejercicio de los derechos que le están atribuidos. [...] El poder, la riqueza i la fuerza de una nación dependen de la capacidad industrial, moral i intelectual de los individuos que la componen; i la educación pública no debe tener otro fin que el aumentar estas fuerzas de producción, de acción i de dirección aumentando cada vez mas el número de individuos que la posean. (SARMIENTO, 1896, p. 17 e 19).

Referências

ALBERDI, Juan B. *Bases y puntos de partida la organización de la República Argentina*. Buenos Aires: Editorial Losada, 2003.

ALMEIDA, Angela Mendes de; ZILLY, Berthold; LIMA, Eli N. (Org.). *De sertões, desertos e espaços incivilizados*. Rio de Janeiro: FAPERJ/Mauad, 2001.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANGEL FORTE, Miguel. *Facundo y la modernidad*. Disponível em: <http://www.sarmiento.org.ar/con_forte2.htm>. Acesso em: mar. 2010.

ANNINO, Antonio; GUERRA, François-Xavier (Org.). *Inventando la Nación*. México: Fondo de Cultura Económica, 2003.

CHIARAMONTE, José Carlos. *Pensamiento de la Ilustración*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1992.

DÁVILA, Luis Ricardo. *Historia intelectual de la modernidad hispanoamericana* (ensayo de comprensión). Disponível em: <<http://www.saber.ula.ve/handle/123456789/1682>>. Acesso em: ago. 2010.

FEINMANN, José Pablo. *Filosofía y nación: estudios sobre el pensamiento argentino*. Buenos Aires: Ariel, 1996.

HALPERÍN DONGHI, T. Facundo y el Historicismo Romantico. In: *Ensayos de Historiografía*. Buenos Aires: Ediciones El Cielo por Asalto, 1996.

_____. Estudio Preliminar. In: *História de caudillos argentinos*. Buenos Aires: Jorge Lafforgue – Alfaguara, 2000.

_____. Una nación para el desierto argentino. In: *Prólogo a Proyecto y construcción de una nación (Argentina 1846-1880)*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1980.

HENRÍQUEZ UREÑA, P. *Ensayos en busca de nuestra expresión*. Buenos Aires: Raigal, 1952.

JULIAN PEREZ, Alberto. *El país del Facundo*. Disponível em: <http://www.sarmiento.org.ar/conf_JPerez.htm>. Acesso em: mar. 2010.

MOYANO, Marisa. *Escritura, frontera y territorialización en la construcción de la nación*. Disponível em: <<http://www.lehman.cuny.edu/ciberletras/v09/moyano.html>>. Acesso em: ago. 2010.

_____. La fundación ideológica de las literaturas nacionales. Literatura y territorialización en el siglo XIX argentino. *Anuario de Filosofía Argentina y Americana*. Cuyo, Argentina, n. 18-19, p. 51-61, 2001-2002.

_____. Facundo: la negatividad de la barbarie y los procesos de territorialización. *Sincronía*. Jalisco, México. Universidad de Guadalajara, primavera de 2003. Disponível em: <<http://sincronia.cucsh.udg.mx/>> Acesso em: jan. 2010.

RAMOS, Julio. *Desencuentros de la modernidad en América Latina: Literatura y política en el siglo XIX*. México D.F.: FCE, 1989.

SARMIENTO, Domingo F. De la Educación Popular. In: **Obras Completas**. Tomo XI. Buenos Aires: Imprenta y Litografía Mariano Moreno, Editor A. Belin, 1896.

_____. *Facundo: civilização e barbárie*. Petrópolis: Vozes, 1996.

_____. *Viajes*. Madrid; Paris; México; Buenos Aires; São Paulo; Rio de Janeiro; Lima: ALLCA XX, 1996, p. 160.

SOMMER, Doris. *Ficções de Fundação: os romances nacionais da América Latina*. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

TERÁN, Oscar. *Historia de las ideas en la Argentina*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2008.